

JULGAMENTO MORAL NA CONTABILIDADE: estudo sobre o processo educacional de estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu*

RESUMO

Os indivíduos, em diferentes momentos de suas vidas, pertencem a vários grupos sociais, sendo um deles, o grupo da formação acadêmica dentro de uma universidade. A análise deste contexto resultou na indagação sobre o processo de desenvolvimento do julgamento moral em estudantes do curso de Ciências Contábeis de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar os estágios de julgamento moral em estudantes de Contabilidade ao longo de seu processo educacional superior. A base teórica utilizada para atingir este objetivo foi a Teoria de Julgamento Moral de Kohlberg, que estabelece estágios de julgamento moral, representando uma evolução deste julgamento ao longo das experiências adquiridas, inclusive a acadêmica. Para compor a amostra, selecionou-se 4 Instituições de Ensino Superior que possuem os programas de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis (USP, UNB, Fucape, Furb), sendo coletados 750 questionários. Observou-se, ao analisar o desenvolvimento do julgamento moral por meio do índice “p” por estágio, que os estudantes da graduação possuem uma média superior aos pesquisados da pós-graduação nos estágios morais de Kohlberg mais baixos, enquanto que nos estágios mais altos, os pós-graduandos pesquisados possuem uma média de índice “p” maior que os pesquisados graduandos. Estes achados confirmam a teoria que afirma que a vivência acadêmica favorece o desenvolvimento do julgamento moral no indivíduo.

Palavras-chave: Contabilidade – julgamento moral – Teoria de Julgamento Moral de Kohlberg

1 INTRODUÇÃO

Com o aperfeiçoamento do conhecimento, modificações ocorrem nos indivíduos e diante destas modificações, discussões sobre o comportamento humano são necessárias. Vazquez (2010) afirma que o comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prático, isto é, como um ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia e que, desta maneira, transforma a sua própria natureza.

Neste sentido, surge a universidade como instituição social, representando um depósito do conhecimento. Para Demo (2005) o conhecimento sempre foi a energia humana capaz de construir alternativas, movido pelo ímpeto de um ser limitado que teima em não aceitar limites. Assim, duas seriam as funções centrais da universidade atual: reconstruir conhecimento e educar novas gerações.

Swick (1961) afirma que o principal objetivo da educação contábil é preparar melhor os estudantes para avaliar as condições e situações das empresas, sejam elas públicas ou privadas e que aspectos de ordem monetária e/ou econômica são fundamentais, mas com plena consciência, por parte do profissional contábil, das considerações morais e éticas envolvidas.

Não há sociedade que progrida com firmeza por muito tempo, que se mantenha politicamente consistente, que ofereça bem-estar social a seus membros, nem profissão que se imponha pelo produto de seu trabalho, que angarie respeito de todos, que se faça reconhecer por seus próprios méritos, sem que esteja a Ética a servir de cimento a fortalecer sua estrutura, de amarras a suportar as tempestades, de alicerce a suportar o crescimento e de raízes e seiva para garantir a sobrevivência dessa sociedade ou dessa profissão. Sem Ética, a sociedade não se estrutura de forma permanente; e uma profissão também não [...]. O estudo (bem como a observação e

a prática) da Ética de forma geral, e o de sua aplicação ao exercício de uma profissão em particular, precisa receber maior atenção na educação e na formação de todo estudante; e isso se aplica muito especialmente à formação do contador. (MARTINS, 2010, p.12)

Lopes e Martins (2005) afirmam que o surgimento da corporação moderna com propriedade separada da gestão criou a possibilidade para que conflitos de interesse pudessem surgir entre acionistas e gestores e mesmo entre os próprios gestores de diferentes níveis. Há casos em que os contadores são pressionados a cumprirem metas, em situações em que as possibilidades para alcançá-las são restritas ou os custos de não atingi-las são excessivos, forçando determinados procedimentos que contrariam os conceitos de ética e moral, fazendo surgir uma relação de agência. Para Dias Filho e Machado (2004) a existência de conflitos de interesses entre gestores e proprietários é natural, pois o ambiente empresarial torna-se um conjunto de indivíduos que agem impulsionados por interesses próprios, buscando a maximização do bem estar pessoal.

Em virtude da Contabilidade estar inserida no meio de agentes com interesses conflitantes, o contador necessita de uma independência profissional para suportar as pressões existentes por parte dos usuários da Contabilidade e também, de uma reflexão sobre o seu comportamento moral. Lisboa (2010) afirma que o profissional contábil lida diariamente com um dos bens mais preciosos de uma economia: a informação. Tal fato evidencia que este profissional coloca constantemente à prova seu julgamento moral e ético. Sendo assim, intervenções são necessárias, principalmente no processo educacional, para que ocorra uma maturidade de julgamento moral capaz de resultar ações morais e éticas.

Para Kohlberg (1963) a maturidade do julgamento moral ocorre por meio de estruturas cognitivas em interação com os estímulos ambientais. Assim, a evolução do julgamento moral tem por base a dimensão heteronomia-autonomia, isto é, o indivíduo passa de uma moral de autoridade imposta de forma externa (pelos pais, professores, entre outros) para uma moral autônoma, do seu próprio julgamento e consciência individual. O autor define que ao longo da vida de qualquer indivíduo ocorrem estágios de desenvolvimento moral, originando a Teoria de Julgamento Moral de Kohlberg.

Segundo esta teoria, todas as pessoas, de todas as culturas, passam pela mesma sequência de estágios de julgamento moral, na mesma ordem, embora em momentos diferentes e considerando que nem todas atingem os estágios mais elevados. A avaliação do estágio predominante de julgamento moral, na teoria de Kohlberg, é feita por meio da análise de respostas a dilemas morais (BIAGGIO, 2006).

Para Kohlberg (1963) a educação está diretamente ligada com a formação moral e ética das pessoas, não só como um elemento a ser aprendido para o futuro, mas sim que deve ser vivenciado constantemente, para que a aprendizagem ocorra. La Taille (2006) afirma que a dimensão moral tem que ser tratada desde o início do processo educacional e se estende por toda a trajetória do estudante, concluindo que a moral, a ética e a cidadania não são espontâneas, mas sim aprendidas.

Neste contexto, estabelece-se como objetivo desta pesquisa identificar os estágios de julgamento moral em estudantes de Contabilidade ao longo de seu processo educacional superior, buscando estabelecer possíveis relações entre o perfil dos estudantes de graduação, mestrado e doutorado dos programas de Pós-graduação *stricto sensu* com o estágio de julgamento moral dos mesmos.

A ética tem um papel potencialmente importante a desempenhar na ampliação de nosso conhecimento da natureza da Contabilidade. Entretanto, “um estudo do papel da teoria da ética na Contabilidade ainda está em sua infância e é necessário haver mais pesquisa nesta

área.” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2009, p.150). Portanto, a busca pela evolução no julgamento moral do profissional contábil deve ser priorizada de forma constante.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos conceituais de ética e moral

Para entender o comportamento individual é necessário conhecer as opções éticas assumidas pelos indivíduos e para isto torna-se imprescindível conceituar moral e ética.

Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e à condução correta, válidos para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente hierarquizadas e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo possuir várias morais, cada uma delas referida aos valores de uma casta ou classe social. No entanto, a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais. (CHAUÍ, 1997, p.339)

Cortina e Martinez (2005) identificam a ética como reflexão da filosofia moral. Ou seja, a pergunta básica da moral seria “o que devemos fazer?”, ao passo que o questionamento central da ética seria “Por que devemos fazer? Que argumentos corroboram e sustentam o código moral que estamos aceitando como guia de conduta?” (CORTINA; MARTINEZ, 2005, p.20).

Canto-Sperber (2002) embora utilize moral e ética como sinônimos, aceita que a única distinção no conceito destes vocábulos é a diferença entre as esferas das leis e a busca de uma qualidade de vida, sendo a moral relacionada a deveres e a ética relacionada a objetivo de vida por meio de reflexões filosóficas.

Para Cooper e Schindler (2003) ética são normas que guiam as escolhas morais referentes ao comportamento e a relação do indivíduo com outras pessoas. La Taille (2006) utiliza perguntas existenciais para distinguir moral e ética. Para este autor, a pergunta “Como devo agir?” estabelece o conceito de moral. Já a pergunta “Que vida eu quero viver?” estabelece o conceito de ética. Vazquez (2010, p.23) afirma que não se pode confundir a ética e a moral, definindo a ética como “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano”. Em relação à moral, este mesmo autor (2010, p.37) a define como “um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada”.

Para Lisboa (2010, p.24), “a ética, como expressão única do pensamento correto, conduz à idéia da universalidade moral, ou ainda, à forma ideal universal do comportamento humano, expressão em princípios válidos para todo pensamento normal e sadio”. Em relação à moral, colocando-a como sinônimo de ética, o autor afirma que pode ser conceituada como “o conjunto das normas que, em determinado meio, granjeiam a aprovação para o comportamento dos homens”.

Aranha e Martins (1998, p.117) afirmam que a ética pode ser definida como “parte da filosofia que se ocupa com a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral” e a moral refere-se a “um conjunto de regras de conduta assumidas pelos indivíduos de um grupo social com a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal”. Ricoeur (1991) menciona que há primazia da ética sobre a moral e afirma que a reflexão ética é a que permite tomar uma decisão diante de impasses morais.

Para Biaggio (2008) a moralidade geralmente é vista como o conjunto de regras culturais que foram internalizadas pelo indivíduo. As regras dizem-se internalizadas quando

são obedecidas na ausência de incentivos ou de sanções sociais. Assim, a perspectiva ética deve ser coerente com certos deveres morais, ou seja, a moral não diz o que é ser feliz e nem como sê-lo, mas sim quais são os deveres a serem necessariamente obedecidos para que a felicidade individual tenha legitimidade social.

Para este trabalho, os termos “ética” e “moral” são considerados como sinônimos, representando o comportamento justo e correto que favoreça a sociedade como um todo e não apenas a interesses pessoais.

2.2 Código de Ética Profissional do Contabilista

Lisboa (2010) afirma que um código de ética pode ser entendido como uma relação das práticas de comportamento que se espera que sejam observadas no exercício da profissão e que visam ao bem-estar da sociedade. Um dos objetivos de um código de ética profissional é a formação de padrões de conduta de acordo com os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade. Para o autor, o contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. “Não basta, assim, a preparação técnica, por melhor que ela seja. É preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa.” (LISBOA, 2010, p.61)

Agir de acordo com o código de ética é uma decisão pessoal do profissional contábil, pois atualmente, a atitude deste profissional em relação às questões éticas pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso da classe contábil. Não existindo a obediência ao Código de Ética, a imagem da Contabilidade fica prejudicada, gerando desconfiança no sistema contábil e, conseqüentemente, na classe contábil.

2.3 A Teoria do Julgamento Moral de Kohlberg

Kohlberg (1986) iniciou sua Teoria de Julgamento Moral analisando entrevistas sobre dilemas morais em 1955 com uma amostra de indivíduos de 10 a 16 anos. Esta mesma amostra foi entrevistada novamente a cada 3 anos durante um período de 20 anos, tendo os respondentes ao final da pesquisa entre 30 e 36 anos. Como resultado, mediante a análise da estrutura das respostas das pessoas aos dilemas morais propostos, o autor identificou formas qualitativamente diferentes de raciocínio moral e constatou que cada indivíduo passa por uma sequência invariável, hierárquica e universal de estágios de desenvolvimento do julgamento moral. Em 1974, por meio dos estudos de Kohlberg e utilizando os dilemas kohlberguianos, James Rest, da Universidade de Minnesota, criou o DIT – *Defining Issues Test* (Teste de Questões Definidoras).

Getz *et al.* (1999) afirmam que, de acordo com a teoria de Kohlberg, o DIT mostra o desenvolvimento moral individual na adolescência e idade adulta, sendo válido na caracterização do desenvolvimento do juízo moral. Rest *et al.* (1999) afirmam que o DIT é um dispositivo para ativar esquemas morais, presumindo que a leitura de dilemas morais ativa os esquemas morais individuais na medida em que uma pessoa os tenha desenvolvido. Para estes autores, os itens do DIT são fragmentos de linhas de raciocínio que determinam a preferência do participante e, conseqüentemente, definem o estágio de julgamento moral.

Os seis estágios de julgamento moral propostos por Kohlberg estão incluídos em três níveis: o pré-convencional (estágios 1 e 2), o convencional (estágios 3 e 4) e o pós-convencional (estágios 5 e 6), representando uma evolução do julgamento moral pela passagem crescente dos estágios. No primeiro nível, denominado de pré-convencional, Kohlberg caracteriza o indivíduo que é atento às regras culturais e aos rótulos de bem e de mal, de certo e de errado, mas as interpreta ou na base das conseqüências físico-hedonísticas da ação (punição, recompensa, troca de favores) ou na base do poder físico de quem enuncia as regras (KOHLBERG; TURIEL, 1971).

O segundo nível, denominado de convencional, é o início da incorporação dos princípios morais, sendo que a manutenção das expectativas da família, grupo ou nação do indivíduo é percebida enquanto valiosa por si só, havendo uma identificação com as pessoas e/ou grupos nela envolvidos (LA TAILLE, 2006). Duska e Whelan (1994, p.71) afirmam que na mente de quem passa do estágio 2 ao 3 surge este raciocínio: “se todos temos o mesmo desejo e sentimentos, se existe algo bom que dá prazer a duas pessoas e somente uma poderá desfrutá-lo, temos necessidade de regras sistemáticas – um sistema social – para decidir”.

No terceiro nível, denominado de pós-convencional, La Taille (2006) afirma que há um esforço claro para definir valores e princípios morais que tenham validade e aplicação, independentemente da autoridade dos grupos ou das pessoas que os adotam, e independentemente da própria identificação do indivíduo com tais grupos.

Kohlberg (1973) descreve o estágio 6, último estágio de julgamento moral, como “orientação ao princípio ético universal”. O indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não puderem ser modificadas pelos canais democráticos legais, o indivíduo ainda assim resiste às leis injustas. Em essência, são princípios universais de justiça, reciprocidade, igualdade de direitos e respeito pela dignidade dos indivíduos.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa utilizada para responder ao objetivo estabelecido neste trabalho foi a descritiva e o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. Na primeira parte do questionário, foram inseridas variáveis que permitissem estabelecer um perfil da amostra, a saber: ano de ingresso na graduação em Ciências Contábeis, gênero, idade, estado civil e rede de ensino onde cursou a maior parte do ensino fundamental e médio.

A segunda parte do questionário foi composta pelo DIT – *Defining Issues Test*. O DIT é formado pelos seis dilemas morais kohlberguianos e conforme Shaffer (2005), cada dilema desafia o indivíduo ao requerer que se escolha entre obedecer a uma regra, lei ou figura de autoridade e realizar ações que, de alguma maneira, entram em conflito com essas regras ao servirem a alguma necessidade humana. Os dilemas morais possuem a característica de colocar com clareza os elementos morais em jogo, existindo uma reflexão sobre as implicações das decisões possíveis a serem tomadas. Mediante estas escolhas, o teste fornece um escore P que indica o estágio de julgamento moral em que o sujeito está inserido, dentro dos três níveis de julgamento moral estabelecidos por Kohlberg.

Para Rest (1986, p.137) o DIT também fornece uma medida mais precisa e válida de desenvolvimento moral por meio do índice “p”, representando “a importância que um sujeito confere às considerações morais orientadas por princípios na tomada de decisões sobre dilemas morais”. O índice “p” é obtido pelo somatório dos escores dos três últimos estágios que são os que representam um maior grau de desenvolvimento do julgamento moral. Ou seja, o índice “p” é medido pela porcentagem de vezes em que o sujeito usa um raciocínio pertencente ao nível pós-convencional, sendo este o de maior julgamento moral. Assim, quanto maior o índice p, maior o desenvolvimento moral do sujeito.

Buscando evidenciar a evolução no julgamento moral dos estudantes de Contabilidade, foi necessário avaliar qual seria a melhor amostra que pudesse atender a este objetivo. Dentro desta análise, a amostra desta pesquisa foi composta pelos estudantes de graduação, mestrado e doutorado em Ciências Contábeis pertencentes às instituições que possuem os três programas ativos. Assim, foram identificadas quatro instituições de ensino superior, sendo: USP – Universidade de São Paulo; UNB – Universidade de Brasília; FURB –

Fundação Universidade Regional de Blumenau; e Fucape *Business School* – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças.

Após a definição das IES a serem pesquisadas, foi realizado um pré-teste cujo resultado demonstrou clareza e objetividade no questionário, não sendo necessária a sua aplicação presencial para os estudantes de pós-graduação. Contudo, em virtude dos graduandos ainda não terem convivido de forma intensa com a pesquisa científica, para estes, o pré-teste identificou a necessidade de aplicação presencial.

Para a coleta de dados junto aos estudantes graduandos, foi realizado contato telefônico com os coordenadores do curso para esclarecimentos a respeito da pesquisa e para o agendamento da aplicação presencial do questionário pela pesquisadora. Em seguida, no dia 14/02/2011, foi enviado e-mail reafirmando os objetivos da pesquisa e solicitando a confirmação da marcação de dia e horário para aplicação do questionário nas IES. Conforme agendada previamente, a aplicação dos questionários junto aos estudantes de graduação ocorreu nas seguintes datas: FURB – dia 21/02/2011; Fucape – dia 28/02/2011; USP – dia 14/03/2011; e UNB – dia 25/03/2011.

Em relação ao mestrado e doutorado, logo após o pré-teste, foi feito contato com os coordenadores dos programas de pós-graduação, via e-mail, explicando os objetivos do estudo e solicitando autorização para a realização do mesmo junto aos estudantes. A coleta de dados nos cursos de mestrado e doutorado se deu pelo envio do questionário por meio eletrônico (link de acesso) enviado aos coordenadores dos cursos e solicitando que fosse repassado aos estudantes. O envio do e-mail para os coordenadores de mestrado e doutorado com o respectivo link de acesso ao questionário ocorreu em 23/12/2010.

Ao final do mês de março de 2011, iniciou-se o processo de tabulação dos dados, identificando-se 591 questionários coletados na graduação do curso de Ciências Contábeis nas IES pesquisadas. A coleta dos questionários dos programas de pós-graduação se estendeu até a primeira quinzena do mês de maio de 2011 com o objetivo de ampliação desta amostra, sendo enviados e-mails de pedido de reenvio do link do questionário aos estudantes na tentativa de que pudesse ser respondido por aqueles que ainda não tivessem participado da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados ocorreu por meio do uso de estatística descritiva, teste t de *student* e análise de homogeneidade (*HOMALS*). O software de análise utilizado foi o *Stata*[®], que possui recursos de tabulação de variáveis e comandos para cálculo das medidas de associação. O nível de significância adotado para este trabalho foi de 5% (0,05). A Análise de Homogeneidade (*Homals*) permite avaliar as relações entre as diversas variáveis não métricas simultaneamente, exibindo estas associações em um mapa perceptual, favorecendo um exame visual de qualquer padrão ou estrutura de dados (FÁVERO *et al.*, 2009).

Foram coletados 750 questionários entre graduação, mestrado e doutorado nas 4 instituições de ensino superior participantes da pesquisa (USP, Fucape, UNB e Furb). Contudo, ao se aplicar os testes de confiabilidade e validade, conforme orientação contida no *Manual for the Defining Issues Test*, houve uma redução de 26,4% dos questionários coletados, restando 552 questionários válidos para análise. A Tabela 1 apresenta a distribuição destes questionários.

TABELA 1 - Distribuição dos questionários coletados

	Graduação				Pós-graduação	
	USP	Fucape	UNB	Furb	Mestrado	Doutorado
Nº de questionários coletados	250	40	212	89	100	59
Nº de questionários válidos	209	35	170	74	42	22
% de questionários invalidados	16,4%	12,5%	19,8%	16,8%	58%	62,7%

Fonte: elaborada pelos autores.

Um ponto importante observado é que os maiores percentuais de invalidade dos questionários foram encontrados na pós-graduação em função dos respondentes deixarem muitas questões em branco. Observou-se que todos os pesquisados responderam às questões de identificação do perfil da amostra e que também, iniciaram o preenchimento do Teste DIT. Contudo, 59,7% dos estudantes pesquisados de pós-graduação, após iniciarem o Teste DIT, abandonaram o restante das perguntas sem as devidas respostas, não permitindo assim, a validade do questionário para análise.

Causa estranheza o fato de que o maior índice de invalidade dos questionários seja dos respondentes de mestrado e doutorado, pois esperava-se destes um percentual de validade próximo a 100% em virtude de vivenciarem e terem conhecimento sobre a importância da pesquisa científica. Presumia-se que o nível de doutorado tivesse o menor percentual de invalidade, uma vez que representa um título acadêmico voltado à formação de pesquisadores. Desta forma, diante dos números dos questionários validados, para uma análise mais consistente, por vezes foi necessária a junção dos mestrados com os doutorandos em uma única categoria de pós-graduação para comparação com a graduação.

Em virtude dos pesquisados de graduação estarem matriculados em diferentes instituições de ensino, optou-se pela identificação da variável rede de ensino fundamental/médio por IES de vínculo. Os respondentes graduandos das IES públicas são procedentes, em sua maioria, da rede privada de ensino fundamental/médio (USP 71,8% e UNB 67,1%). Em relação à Furb, instituição privada de ensino superior, há uma predominância dos pesquisados que realizaram o ensino fundamental/médio em rede pública (73%). Os respondentes da Fucape, também instituição privada de ensino superior, apresentaram uma procedência maior da rede privada de ensino fundamental/médio, embora em percentual inferior às demais IES públicas (57,1%). A Tabela 2 demonstra esta distribuição por IES de origem do respondente de graduação e também a distribuição da pós-graduação.

TABELA 2 - Distribuição dos respondentes entre a rede privada ou pública do ensino fundamental e médio

	Nº de questionários válidos	Rede de ensino pública / percentual	Rede de ensino privada / percentual
USP – graduação	209	59 (28,2%)	150 (71,8%)
Fucape – graduação	35	15 (42,9%)	20 (57,1%)
UNB – graduação	170	56 (32,9%)	114 (67,1%)
Furb – graduação	74	54 (73,0%)	20 (27,0%)
TOTAL GRADUAÇÃO	488	184	304
Pós-graduação - mestrado	42	21 (50,0%)	21 (50,0%)
Pós-graduação - doutorado	22	15 (68,2%)	7 (31,8%)
TOTAL PÓS-GRADUAÇÃO	64	36	28

Fonte: elaborada pelos autores.

Verificou-se que o estágio 3 é o estágio predominante nos 3 grupos analisados (M=41,6648), seguido do estágio 4 (M=33,3860), sendo que 61,3% dos respondentes de graduação encontram-se no estágio 3 e 34,6% no estágio 4. Em relação ao mestrado, 59,5% dos pesquisados encontram-se no estágio 3 e 31% no estágio 4. Já os alunos de doutorado, 77,3% destes foram identificados no estágio 3 e 18,2% no estágio 4.

Este resultado é coincidente com o de Shimizu (2004) que também observou uma maior pontuação média no estágio 3 ao realizar sua pesquisa com jovens brasileiros, independente de estarem vinculados a uma escola pública ou privada de ensino fundamental/médio. Este estágio pertence ao nível convencional, representando a necessidade de obediência às regras e às normas sociais a fim de receber a aprovação de outros. Neste estágio, o comportamento moral é aquele que agrada, ajuda ou é aprovado pelos outros (BIAGGIO, 2008; LA TAILLE, 2006; DUSKA; WHELAN, 1994)

Em seguida, foi analisado o índice “p” de cada grupo de graduandos, mestrados e doutorandos, que conforme o *Manual for the Defining Issues Test*, indica a proporção com que os itens relativos aos 3 últimos estágios mais evoluídos (estágios 4, 5 e 6) foram selecionados pelo respondente. Desta forma, quanto maior o índice p, maior o nível de julgamento moral.

Realizando o teste de média para comparar a média do índice p para os estudantes de graduação (M=42,21352) e os estudantes de mestrado (M=43,92857), observou-se (Tabela 3) que os mestrados possuem uma média superior de índice p em relação aos graduandos analisados. Este achado confirma a teoria que tem como pressuposto que a vivência de experiências aliadas ao processo acadêmico favorece o desenvolvimento do julgamento moral (REST; NARVAEZ, 1991). Contudo, ao se realizar o teste de médias, constatou-se que esta diferença não é estatisticamente significativa ($t(530) = -1,715047, p = 0,2180$).

TABELA 3 – Teste de média do índice p com a formação acadêmica

	Média	Diferença	Desvio-padrão	p valor
Graduação	42.21352	-1.715047	13.40137	0,2180
Mestrado	43.92857		16.6567	
Graduação	42.21352	2.827161	13.40137	0,1666
Doutorado	39.38636		13.17116	
Mestrado	43.92857	4.542208	16.6567	0,1359
Doutorado	39.38636		13.17116	

* nível de significância a 0,05

Fonte: elaborada pelos autores.

Embora o resultado encontrado na análise do índice p dos graduandos em relação aos mestrados tenha indicativos da teoria, o mesmo não ocorreu quando observado o índice p dos doutorandos em relação aos mestrados e em relação aos graduandos. Ou seja, os doutorandos em Ciências Contábeis pesquisados (M=39,38636) possuem uma média de índice p inferior aos graduandos ($t(510) = 2,827161, p = 0,1666$) e também aos mestrados ($t(64) = 4,542208, p = 0,1359$). Entretanto, ao aplicar o teste *t* de *student*, verificou-se que tais diferenças não são significativas estatisticamente. A Figura 1 demonstra a pontuação média do índice p por estágio de julgamento moral dos estudantes pesquisados de graduação e de pós-graduação.

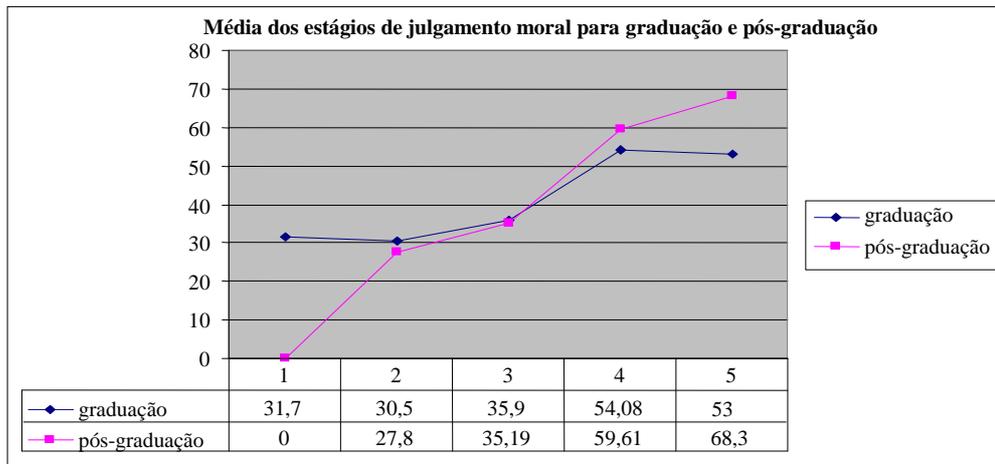


FIGURA 1 – Pontuação média do índice p por estágio para os estudantes pesquisados de graduação e de pós-graduação.
 Fonte: elaborada pelos autores.

Observou-se, ao analisar o índice p por estágio de julgamento moral, que os pesquisados da graduação possuem uma média superior aos pesquisados da pós-graduação nos estágios morais de Kohlberg mais baixos, enquanto que nos estágios mais altos, os pós-graduandos pesquisados possuem uma média de índice p maior que os pesquisados graduandos. Estes achados confirmam a teoria que afirma que a vivência acadêmica favorece o desenvolvimento do julgamento moral no indivíduo (REST, NARVAEZ, 1991; PINTO, 2002; SHIMIZU, 2004)

Em virtude dos grupos pesquisados estarem vinculados a instituições de ensino de diferentes Estados Federativos do país (USP – São Paulo; UNB – Distrito Federal; Fucape – Espírito Santo; e Furb – Santa Catarina), apresentando assim características distintas, optou-se por analisar o índice p dos discentes de graduação em Ciências Contábeis de cada IES participante deste trabalho com o índice p dos estudantes pesquisados da pós-graduação. Vale destacar que, em virtude do baixo número de respondentes da pós-graduação, não foi possível adotar a mesma segregação por instituição, sendo feita a análise do índice p da pós-graduação em conjunto com todas as instituições de ensino superior. Adotado este procedimento, foram encontrados resultados diferenciados entre os grupos analisados.

Comparando-se o índice p dos estudantes da graduação da USP com o índice p dos estudantes da pós-graduação no geral, constatou-se que os estudantes de graduação da USP apresentaram uma média de índice p ($M=45,08517$) superior à dos estudantes de pós-graduação no geral ($M=42,36719$). No entanto, apesar da diferença encontrada não ter sido considerada estatisticamente significativa (de acordo com o nível de significância de 5% estabelecido neste trabalho), este resultado aponta para um favorecimento ao desenvolvimento do julgamento moral dos alunos de graduação da USP em relação a todos os respondentes da pós-graduação ($t(273) = -2,71798$, $p = 0,0835$), tornando uma diferença significativa estatisticamente se considerado o nível de significância de 10%. Na Fucape, os resultados demonstraram não existir diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes pesquisados da graduação e da pós-graduação, sendo que os alunos da pós-graduação no geral apresentaram uma média de índice p ($M=42,36719$) superior à média do índice p dos alunos da graduação desta instituição ($M=40,59143$).

Na UNB, as médias encontradas do índice p dos estudantes pesquisados da graduação e da pós-graduação no geral foram bastante próximas e estatisticamente não significativas,

não indicando qualquer diferença no nível de julgamento moral para estes dois grupos ($t(234) = 0,3877758, p = 0,4232$).

Em relação à Furb, os testes de diferença de médias comprovaram que a diferença de média do índice p existente entre os estudantes pesquisados de graduação e os de pós-graduação no geral é estatisticamente significativa ($t(138) = 6,959079, p = 0,0027$), sendo que os estudantes da pós-graduação em geral apresentam uma média de índice p ($M=42,36719$) superior à média do índice p dos alunos de graduação desta instituição ($M=35,40811$). Este achado corrobora com a teoria ao afirmar que as interações sociais vividas no decorrer de um curso superior favorecem o desenvolvimento do julgamento moral (REST e NARVAEZ, 1991). Na Tabela 4 estão demonstrados os resultados do índice p da graduação por instituição de ensino superior pesquisada, bem como o índice p da pós-graduação no geral.

TABELA 4 – índice p da graduação e da pós-graduação

	média	Diferença	desvio padrão	P valor
USP graduação	45.08517		13.11269	
Pós-graduação	42.36719	-2.71798	15.59212	0,0835
Fucape graduação	40.59143		12.97875	
Pós-graduação	42.36719	1.775759	15.59212	0,2838
UNB graduação	41.97941		12.8359	
Pós-graduação	42.36719	.3877758	15.59212	0,4232
Furb graduação	35.40811		13.28081	
Pós-graduação	42.36719	6.959079	15.59212	0,0027

* nível de significância a 0,05

Fonte: elaborada pelos autores.

A superioridade da média do índice p dos graduandos em Ciências Contábeis da USP em relação à média do índice p dos pesquisados da pós-graduação no geral contradiz os resultados teóricos ao indicar um nível de desenvolvimento de julgamento moral maior nos graduandos pesquisados do que nos pós-graduandos.

No sentido de mapear as possíveis razões pelas quais os pesquisados graduandos da USP apresentaram uma média de índice p de julgamento moral superior à média de índice p dos pós-graduandos no geral, optou-se por verificar a procedência dos alunos pesquisados de graduação por IES em relação à rede pública ou privada na conclusão do ensino fundamental e médio (TAB. 2). Assim, foram encontrados resultados que podem contribuir para o entendimento da variação da média do índice p entre os graduandos e os pós-graduandos nas IES pesquisadas.

Na USP, onde a média do índice p dos graduandos pesquisados ($M=45,08517$) foi superior à média do índice p dos pós-graduandos no geral ($M=42,36719$), observou-se que 71,8% destes graduandos são provenientes da rede privada de ensino fundamental/médio e os pós-graduandos, em sua maioria (56%) da rede pública de ensino fundamental/médio.

Na Fucape, a distribuição dos graduandos de acordo com a rede pública ou privada de ensino fundamental/médio encontra-se mais uniforme, sendo 57,1% procedentes da rede privada e 42,9% da rede pública. Na comparação da média do índice p dos pós-graduandos no geral com os respondentes da graduação da Fucape, a média do índice p dos pós-graduandos foi superior ($M=42,36719$) à média do índice p dos graduandos desta IES ($M=40,59143$) ($t(99) = 1,775759, p = 0,2838$). Na UNB, 67,1% dos pesquisados graduandos são procedentes da rede privada de ensino fundamental/médio, contra 32,9% da rede pública. Nesta IES foi

identificada a menor diferença de média do índice p entre os graduandos pesquisados e os pós-graduandos no geral, ($t(234) = 0,3877758$, $p = 0,4232$).

Ao analisar a média do índice p de julgamento moral dos estudantes de pós-graduação no geral ($M=42,36719$) com a média do índice p dos estudantes da graduação em Ciências Contábeis da Furb ($M=35,40811$), verificou-se que a média do índice p da pós-graduação analisada é superior à média do índice p da graduação desta IES. Para este grupo, observou-se que apenas 27% dos alunos graduandos são oriundos da rede privada de ensino fundamental e médio, contra 73% da rede pública.

Analisando a variável rede privada ou pública de ensino fundamental e médio, os resultados encontrados sugerem que ter cursado o ensino fundamental e médio na rede privada pode favorecer uma evolução maior de julgamento moral do que tê-lo cursado na rede pública. Assim, observou-se que existem evidências de que a evolução do julgamento moral do estudante de curso superior em Contabilidade, medida pelo índice p, pode sofrer influência da rede de ensino, se pública ou privada, onde o respondente cursou o ensino fundamental e médio, sendo a influência da rede privada maior que a rede pública de ensino. Como pode ser visto na Tabela 5, à medida que o percentual de procedência da rede privada de ensino fundamental/médio diminui, a diferença de média do índice p entre a graduação e a pós-graduação aumenta.

TABELA 5 – relação de origem dos estudantes e média do índice p

	Percentual de procedência da rede privada de ensino fundamental/médio	Maior média de índice p (pós-graduação/graduação)
USP	71,8%	Graduação ($t = -2,71798$)
UNB	67,1%	Pós-Graduação ($t = 0,3877758$)
Fucape	57,1%	Pós-Graduação ($t = 1,775759$)
Furb	27%	Pós-Graduação ($t = 6,959079$)

Fonte: elaborada pelos autores.

Este resultado vai de encontro com o estudo de Shimizu (2004) que avaliou os estágios de julgamento moral de Kohlberg em 621 estudantes brasileiros da mesma série do ensino fundamental e médio, identificando que os alunos de escola pública alcançaram maior pontuação em relação aos de escola particular nos estágios mais baixos, ao passo que os de escola particular obtiveram maior pontuação em relação aos alunos de escola pública nos estágios mais altos.

Analisando o índice p dos graduandos em Ciências Contábeis segregados por instituições públicas (USP e UNB) e privadas (Fucape e Furb) de ensino superior (Tabela 6), constatou-se que os estudantes das universidades públicas possuem um índice p de julgamento moral mais elevado que os alunos de instituições privadas de ensino superior.

TABELA 6 – índice p por instituição de ensino superior atual da graduação (pública ou privada)

	média	diferença	desvio padrão	p valor
Pública (USP e UNB)	43.69105		13.0468	
Privada (Fucape e Furb)	37.07248	-6.618576	13.34769	0.0000

* nível de significância a 0,05

Fonte: elaborada pelos autores.

Assim, comparando somente os estudantes pesquisados provenientes da rede privada de ensino fundamental/médio, observou-se que ocorre uma evolução no julgamento moral dos mestrados em relação à graduação, medida pela média do índice p ($t(225) = 7,284477$, $p = 0,0083$), sendo esta diferença estatisticamente significativa. Este achado corrobora com a teoria ao afirmar que a faculdade interfere de forma positiva no desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, incentivando um maior desenvolvimento moral (REST; NARVAEZ, 1991).

Embora verificado que os estudantes pesquisados oriundos da rede privada de ensino fundamental e médio corroboram com a teoria que afirma que a interação social vivida na universidade favorece o desenvolvimento de julgamento moral nos indivíduos, o mesmo não aconteceu com os estudantes provenientes da rede pública de ensino fundamental e médio, pois, nesta, os graduandos pesquisados apresentam um índice p maior que os estudantes de pós-graduação oriundos também da rede pública de ensino fundamental/médio.

Neste estudo, a *Homals* foi utilizada para identificar as possíveis associações entre três variáveis principais utilizadas para a análise do julgamento moral dos estudantes de Ciências Contábeis: a instituição de ensino superior a qual pertence o estudante, o índice p de julgamento moral representado por quartis de índice p e a rede de ensino fundamental/médio da qual o estudante é oriundo (pública ou particular). Optou-se pela geração do gráfico com apenas duas dimensões, de modo a facilitar a sua visualização em um plano cartesiano. Após a sumarização das respostas obtidas, foi aplicada a técnica *Homals* que forneceu o mapa perceptual apresentado na Figura 2.

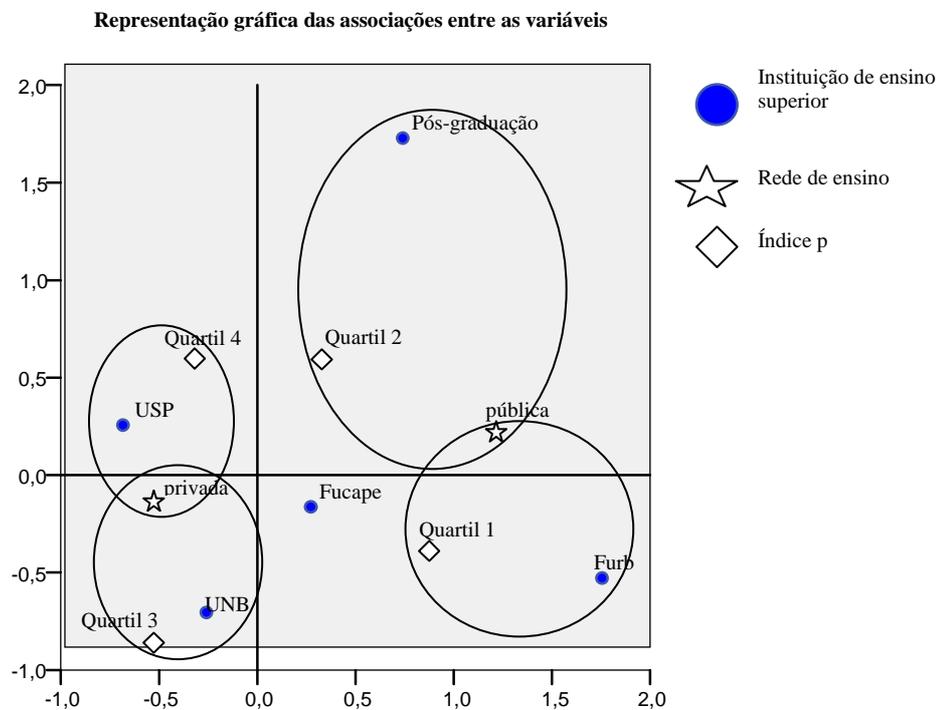


FIGURA 2 – Análise de homogeneidade entre as variáveis IES de vínculo, rede pública ou privada de ensino fundamental/médio e índice p.

Fonte: elaborada pelos autores.

Aplicando a análise de homogeneidade, observou-se que os estudantes pesquisados da graduação da USP apresentam uma forte associação com a rede privada de ensino fundamental/médio e também com o quartil 4, que representa o maior índice p.

Os respondentes vinculados à UNB ficaram associados à rede privada de ensino fundamental/médio e ao quartil 3, representando uma média de índice p menor que a média dos estudantes pesquisados da USP, resultado este que pode estar associado ao fato do percentual de procedência da rede privada de ensino fundamental/médio ter sido reduzido.

Os pesquisados da Furb ficaram associados à rede pública de ensino fundamental/médio e ao quartil 1, que é o quartil que representa o menor índice p. Os graduandos pesquisados da Fucape ficaram relacionados à rede privada de ensino fundamental/médio, ficando, contudo, próximos também da rede pública (esta IES é a que

apresenta maior uniformidade entre a rede de ensino de origem – 57,1% dos respondentes oriundos da rede privada e 42,9% procedentes da rede pública de ensino fundamental/médio).

5 CONCLUSÕES

Valendo-se dos pressupostos da Teoria do Julgamento Moral de Kohlberg e empregando o DIT como instrumento de coleta de dados, o objetivo deste estudo foi identificar os estágios de julgamento moral em estudantes de Contabilidade ao longo de seu processo educacional superior.

Inicialmente, esperava-se encontrar estágios diferentes para cada nível acadêmico, representando uma evolução no julgamento moral de acordo com este nível. Contudo, isto não ocorreu, pois se identificou que o estágio 3 é o predominante nos 3 grupos analisados (graduação, mestrado e doutorado), não sendo encontradas diferenças estatísticas significativas entre eles por meio do testes de médias. Este estágio pertence ao nível convencional, representando a necessidade de obediência às regras e às normas sociais a fim de receber a aprovação de outros. Neste estágio, o comportamento moral é aquele que agrada, ajuda ou é aprovado pelos outros (BIAGGIO, 2008; LA TAILLE, 2006; DUSKA; WHELAN, 1994).

Embora o estágio 3 tenha sido o predominante entre os discentes pesquisados, observou-se, ao analisar o índice p por estágio de julgamento moral, que os estudantes da graduação possuem uma média superior aos pesquisados da pós-graduação nos estágios morais de Kohlberg mais baixos, enquanto que nos estágios mais altos, os pós-graduandos pesquisados possuem uma média de índice p maior que os pesquisados graduandos. Estes achados confirmam a teoria que afirma que a vivência acadêmica favorece o desenvolvimento do julgamento moral no indivíduo (REST, NARVAEZ, 1991; PINTO, 2002; SHIMIZU, 2004)

Destacando o estudo por IES de origem, encontrou-se indícios que a procedência dos pesquisados em relação à rede pública ou privada de ensino fundamental/médio possa interferir no desenvolvimento do julgamento moral dos discentes pesquisados. Para citar um resultado que indica esta tendência, os graduandos pesquisados da USP que apresentaram média de índice p superior à média da pós-graduação, são na sua grande maioria (71,8%), oriundos da rede privada de ensino fundamental e médio. Esta informação pode indicar uma influência positiva da rede privada de ensino fundamental/médio no julgamento moral dos indivíduos. Assim, mais estudos devem ser empreendidos para elucidar as evidências encontradas.

Outro ponto que merece atenção é para os programas de pós-graduação em relação ao comprometimento com a pesquisa científica. Este alerta ocorre em virtude do elevado percentual de invalidade dos questionários deste grupo. Tanto o mestrado quanto o doutorado servem de base para a formação de professores que são responsáveis pelo processo educacional de outros indivíduos. Neste processo, a pesquisa científica apresenta-se como propagador do conhecimento para toda a sociedade, devendo ser tratada com prioridade e relevância.

Como limitação desta pesquisa, apresenta-se o fato dos estudantes pesquisados de graduação e pós-graduação pertencerem a gerações diferentes e, portanto, com vivências e acessos aos meios de comunicação diferenciados. Além disto, os discentes pesquisados encontram-se distribuídos em diferentes regiões geográficas com fatores culturais distintos.

Como indicação para próximas pesquisas, seria interessante avaliar, com uma mesma base amostral, a evolução dos mesmos estudantes no decorrer da vida acadêmica.

Selecionando dois grupos agora distintos, sendo um da rede pública e o outro da rede privada, e acompanhando este mesmo grupo desde o ensino médio até a conclusão do curso superior com aplicação do mesmo teste de julgamento moral em intervalos de tempo para avaliação desta provável evolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996
- _____; MARTINS, Maria Helena. **Temas de Filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.
- BIAGGIO, Ângela M. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- _____. **Psicologia do desenvolvimento**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CANTO-SPERBER, M. *L'Inquiétude morale et la vie humaine*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2002
- Center for the Study of Ethical Development*. Universidade de Minnesota e Universidade do Alabama. *DIT Instruments, Services, and Materials*. Disponível em: http://translate.googleusercontent.com/translate_c?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=http://www.centerforthestudyofethicaldevelopment.net/DIT%2520instruments%2520service%2520materials.htm&rurl=translate.google.com.br&usg=ALkJrhh0ZqOyxWwhZMX-cz1pD6-cRgp62g Acesso: 26/12/2010.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997
- COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- CORTINA, Adela.; MARTINEZ, Emílio. **Ética**. São Paulo, Loyola, 2005
- DEMO, Pedro. **Ensino Superior no século XXI: Direito de aprender**. Reflexões 2005 – PUCRS: Bento Gonçalves, 21, 22 e 23 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.pucrs.br/reflexoes/encontro/2005-3/documentos/04-Ensino-Superior-no-Seculo-XXI-Pedro-Demo.pdf> Acesso: 18/10/10
- DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz Henrique B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. Coordenadores: Sérgio de Iudícibus, Alexsandro Broedel Lopes. São Paulo: Atlas, 2004
- DUSKA, Ronald; WHELAN, Mariellen. **O desenvolvimento moral na idade evolutiva: um guia a Piaget e Kohlberg**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. Tradução a partir do italiano: *Lo sviluppo morale nell'età evolutiva – una guida a Piaget e Kohlberg*. Marietti Editori, 1979
- FÁVERO, Luis Paulo L. *et al.* **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus, 2009
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GETZ, Irene; NARVAEZ, Darcia; REST, James R.; THOMA, Stephen J. **Individual Moral Judgment and Cultural Ideologies**. *University of Minnesota, Twin Cities Campus. Developmental Psychology*, 1999, v. 35, n. 2, pgs. 478-488. Disponível em: <http://www.nd.edu/~dnarvaez/documents/OrthodoxyPub.pdf> Acesso: 25/12/2010.

- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2009
- KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: Fontanella, F. C. Piracicaba: UNIMEP, 1996
- KOHLBERG, Lawrence. *The development of children's orientation toward a moral order: I Sequence in the development of moral thought*. Vita Humana, Basel, v. 6, n. 30, p. 11-33, Julho, 1963.
- _____. *The Claim to Moral Adequacy of a Highest Stage of Moral Judgment*. *The Journal of Philosophy*, v. 70, n. 18, Seventieth Annual Meeting of the American Philosophical Association Eastern Division (Oct. 25, 1973), pp. 630-646. Published by: *Journal of Philosophy, Inc.* Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2025030>. Acesso: 28/02/2011
- _____. *My personal search for universal morality*. *Moral Education Fórum*, p.4-10, 1986. In.: BIAGGIO, Ângela M. B. Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2006
- _____; TURIEL, P. *Moral Development and Moral Education*, in G. Lesser(ed), *Psychology and Educational Practice*, Scott, Forman, 1971.
- _____; BOYD, Dwight R; LEVINE, Charles. *The moral domain*. Cambridge, Mass.: MIT Press, p. 151-181, 1990. In.: BIAGGIO, Ângela M. B. Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2006
- LA TAILLE, Yves. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006
- LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LOPES, Alessandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005
- MARTINS, Eliseu. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. Coordenação de Lázaro Plácido Lisboa. São Paulo: Atlas, 2010.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005
- PINTO, Susana Gabriela Costa. **Prática desportiva, orientação para o sucesso e desenvolvimento do raciocínio moral em adolescentes**. 2002. 179 fs. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Porto, Portugal, 2002.
- REST, James. *DIT Manual: manual for the Defining Issues Test*. Minneapolis: University of Minnesota, 1986.
- _____; NARVAEZ, Darcia. *The college experience and moral development*. In W. Kurtines and J. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development*, v. 2, p. 229-245, 1991. Disponível em: <http://www.nd.edu/~dnarvaez/documents/RestNarvaezCollege1991.pdf>. Acesso: 25/12/2010
- _____; THOMA, Stephen J.; NARVAEZ, Darcia; BEBEAU, Muriel J. *Alchemy and beyond: indexing the Defining Issues Test*. *Journal of Educational Psychology*. Arlington, Va., v. 89, n. 03, p. 498-507, 1997. Disponível em: <http://www.nd.edu/~dnarvaez/documents/Rest1997pub.pdf> Acesso: 26/12/2010

_____ ; NARVAEZ, Darcia; BEBEAU, Muriel J.; THOMA, Stephen J. *A Neo-Kohlbergian Approach: The DIT and Schema Theory*. *Educational Psychology Review*, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 291-324, 1999. Disponível em: <http://www.nd.edu/~dnarvaez/documents/EdPsyRev99Rest.pdf> Acesso: 26/12/2010

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991

SHAFFER, David R. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005

SHIMIZU, Alessandra de M. Defining Issues Test-2: fidedignidade da versão brasileira e ponderações acerca de seu uso em pesquisas sobre moralidade. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 5-14, Fev, 2004.

SWICK, Ralph D. *Objectives of Accounting Education*. American Accounting Association. *The Accounting Review*, v. 36, n. 4 (oct, 1961), pp. 626-630. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/242690> Acesso: 28/02/2011

TURIEL, E. *The development of social knowledge: morality and convention*. Cambridge, Inglaterra, Cambridge University Press, 1983 *apud* BIAGGIO, Ângela M. Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006

VAZQUEZ, Adolfo S. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 31ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010